

Servidores de educação entrarão em greve

Insatisfação é com falta de reajuste salarial para categoria

Por Gabriela Gallo

A partir desta quarta-feira (3), começa uma paralisação nacional de servidores federais da área de educação. A informação foi divulgada nesta segunda-feira (1) pelo Sindicato Nacional dos Servidores da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe). A greve abrange professores e funcionários técnico-administrativos que pedem reajuste salarial e reestruturação de carreira.

A expectativa é que mais de 230 unidades de ensino, distribuídas em 18 unidades federativas irão aderir à greve. Isso representa mais de 600 campi de institutos federais, além do Colégio Pedro II, o Instituto Nacional de Educação de Surdos (Instituto Benjamin Constant), ambos no Rio de Janeiro, e colégios e escolas federais vinculadas ao Ministério da Defesa.

A categoria estava negociando com o governo federal as reivindicações a fim de chegar a um acordo. Segundo o coordenador geral do Sinasefe, David Lobão, o governo federal deveria ter apresentado uma resposta na última sexta-feira (29 de março). Porém, a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet – como porta-voz do governo – informou que o governo só pode dar um retorno às reivindicações em maio.

“Não queremos a resposta em maio, porque o dinheiro que nós estamos disputando, aquilo que sobrou, e é excesso da arrecadação, já estará gasto em maio. Nós precisamos fazer a pressão e a luta agora. Nós queremos



Colégio Pedro II é uma das unidades de ensino que entrarão em greve

que o governo sente e negocie conosco, imediatamente, a nossa reestruturação de carreira e a nossa reestruturação salarial”, disse David Lobão.

Greve

Para a reportagem, a advogada trabalhista do Kolbe Advogados e Associados Anna Tiberio explicou que a chamada Lei da Greve (Lei nº 7.783/1989) garante aos trabalhadores do serviço público o direito à paralisação, sem distinção entre profissionais de ensino superior e técnico-administrativos.

“A Lei de Greve regulamenta o exercício desse direito, estabelecendo critérios e condições para sua realização. Não há um limite definido para a duração da greve, mas é esperado que as partes envolvidas busquem a negociação e a conciliação para resolver o impasse”, destacou ao Correio da Manhã.

Além deles, o Sindicato

Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN) já indicou que os professores universitários também entrarão em greve no dia 15 deste mês.

Negociação

Os grevistas argumentam que a paralisação visa reverter as perdas salariais acumuladas durante gestões anteriores nos governos de Michel Temer (MDB), entre 2016-2018, e Jair Bolsonaro (PL), de 2018 a 2022. Além disso, a categoria também reivindica maiores investimentos nas instituições, realização de concursos para contratação de mais servidores e reestruturação dos planos de carreiras dos docentes e técnicos administrativos.

Questionada pela reportagem, a advogada disse que o atual governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) “pode argumentar sobre a não responsabilidade pelo

reajuste salarial e de carreira em gestões anteriores”.

“No entanto, é importante observar que a responsabilidade fiscal e a continuidade administrativa são princípios que orientam a atuação do Estado”, argumentou Ana Tiberio.

“Mesmo que as decisões tenham sido tomadas em gestões anteriores, o governo em exercício pode ser pressionado a negociar e buscar soluções para atender às demandas dos servidores públicos. O impasse pode ser resolvido por meio de negociações, mediação ou arbitragem, ou até mesmo por decisão judicial, caso não haja acordo entre as partes”, reiterou a advogada.

Ainda não está definido o tempo necessário para resolver o impasse. Isso vai depender das estratégias adotadas tanto pelo governo federal quanto pela categoria, assim como variará pelo contexto político e econômico vigente.

Pacheco mantém desoneração da folha em municípios

Por Gabriela Gallo

O presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), prorrogou por mais 60 dias parte da Medida Provisória do governo federal, a MP 1202/2023, que determinava o fim do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), nesta segunda-feira (01). No entanto, ele derrubou a parte que determinava a reoneração da folha de pagamento de municípios com até 156 mil habitantes. Os trechos da MP prorrogados também valem para o limite de compensação para créditos como forma de proteção da arrecadação do Estado.

Ao derrubar a parte que diz respeito aos municípios, Pacheco argumentou que as prefeituras poderiam sofrer, nesta terça-feira (02), os efeitos da noventena, que é o prazo de 90 dias para que uma lei de alteração de tributos passe a produzir efeitos. Portanto, caso essa parte da MP tivesse a data de validade prorrogada, os municípios e prefeituras teriam de pagar 20% de alíquota da contribuição previdenciária sobre a folha de pagamentos ao invés das de terem que pagar os atuais 8%.

Na prática, a decisão do presidente do Senado determina que somente perderam a validade os dispositivos que cancelavam a desoneração da folha das empresas, que já foram revogados em fevereiro



Pacheco deixou caducar reoneração dos municípios

pela MP 1.208/2024, e a desoneração da folha das prefeituras.

Em nota, Pacheco declarou que “a discussão sobre o tema da desoneração da folha de pagamento e seu eventual novo modelo devem ser tratados integralmente por projeto de lei, e não por MP”.

“Estamos abertos à discussão célere e ao melhor e mais justo modelo para o Brasil. Mas, de fato, uma MP não pode revogar uma lei promulgada no dia anterior, como se fosse mais um turno do processo legislativo. Isso garante previsibilidade e segurança

jurídica para todos os envolvidos”, informou a nota.

Cabe ao governo federal decidir se irá seguir o mesmo caminho do trecho da MP que determinava a reoneração da folha de pagamento dos 17 principais setores da economia. A equipe econômica do governo retirou o trecho da MP e encaminhará a proposta ao Congresso Nacional por meio de projeto de lei (PL).

Segundo o site Congresso em Foco, os demais pontos da Medida Provisória serão avaliados em uma comissão mista do Congresso Nacional, marcada para ser instalada em 9 de

abril (terça da próxima semana). O relator definido para o colegiado é o vice-líder do Governo na Câmara dos Deputados, deputado Rubens Pereira Júnior (PT-MA).

Relembre

Em agosto de 2023, o Congresso aprovou o projeto de lei nº 334, de 2023, que prorrogava a desoneração da folha de pagamento para os 17 setores da economia e reduzia a alíquota da contribuição previdenciária sobre a folha dos municípios. O projeto foi integralmente vetado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), mas o veto foi derrubado no plenário do Congresso.

Após a derrubada do veto, o governo federal encaminhou ao Congresso a MP 1.202 que buscava reverter a decisão dos parlamentares e incluía a derrubada do Perse. A medida não foi bem aceita pelos parlamentares e 2024 já começou com uma queda de braço entre os poderes Executivo e Legislativo nesse tópico.

Após a negociação entre os dois poderes, em fevereiro o governo federal editou uma a MP 1.208/2024, uma nova MP substituta que revogou os trechos da primeira em relação à desoneração para as empresas. Na época a nova MP não englobava a desoneração dos municípios, o que também foi alvo de crítica dos parlamentares. Agora, o trecho dos municípios caducou e não vale mais.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Billy Boss/Câmara dos Deputados



Carreras: falta humildade ao Ministério da Fazenda

Criador do Perse critica proposta do governo

Autor do projeto que criou o Perse, programa de incentivos fiscais para eventos e turismo, o deputado Felipe Carreras (PSB-PE) discorda da proposta do governo de redução dos benefícios. Para ele, o novo projeto, apresentado por deputados do PT, demonstra falta de humildade e de disposição para diálogo por parte do Ministério da Fazenda.

Pela proposta, haveria uma redução das ativi-

dades enquadráveis no programa, volta gradual da alíquota de impostos federais (zerada em 2022) e exclusão das empresas que faturam mais de R\$ 78 milhões anuais. O Perse foi aprovado pelo Congresso para compensar prejuízos acumulados durante a pandemia. Segundo Carreras, só com a renegociação de impostos atrasados de empresas do setor, o governo arrecadou R\$ 20 bilhões.

Fraudes

Ministro da Fazenda, Fernando Haddad afirma que o volume de isenções do Perse é muito superior ao previsto e que houve fraudes e lavagem de dinheiro. Para ele, a renúncia chegou a R\$ 32 bilhões, mas números do próprio governo falam em R\$ 26 bilhões.

Empregos

Carreras contesta Haddad, diz que os dados da Receita incluem empresas que não poderiam ter sido beneficiadas, e que os erros nessas concessões são do próprio governo. Afirma que no programa gerou renda e empregos e que a decisão caberá ao Congresso.

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Alencar cobra motivos para assassinato

Deputado do Psol: mais investigações sobre Marielle

Para o deputado federal Chico Alencar (Psol-RJ), a apuração do assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes está longe de acabar. “É preciso investigar muito mais, a apuração não está encerrada”, frisa.

Alencar ressalta dois pontos principais: a possibilidade de haver mais mandantes além dos três que

estão presos e a necessidade de descobrir os reais motivos para o crime.

Com base no depoimento do delator e pistoleiro Ronnie Lessa, a Polícia Federal concluiu que o crime visava interromper a atuação da vereadora contra projetos ligados a loteamentos clandestinos, mas o tema não era prioridade do mandato de Marielle.

Recado

Segundo o deputado, é preciso verificar se o assassinato não foi uma espécie de recado ao Psol, que contrariava interesses do PMDB, partido que Chiquinho Brandão — um dos presos — na época integrava. Em seu relatório, a PF reconheceu que havia esse incômodo.

Nas alturas

A disparada no preço das passagens aéreas domésticas cria absurdos. Quem estivesse no Rio ontem e precisasse ir amanhã São Paulo e voltar no mesmo dia pagaria, no mínimo, R\$ 4.159,00 por voos entre Santos Dumont e Congonhas. A cotação foi obtida no Google Flights.

Barreira

Alencar cita também que o então interventor na segurança do Rio, general Braga Netto, impedia que o secretário de Segurança, general Richard Nunes, desse informações sobre o caso a parlamentares que integravam comissão da Câmara que acompanhava as investigações.

LA é aqui

Por pouco menos, dá pra ir pra Los Angeles. A passagem de ida amanhã e volta no dia 10 custava, ontem à noite, R\$ 3.812,00, isto, com duas escalas. Com apenas uma parada, saía por R\$ 4.186,00. A capital do cinema fica 26 vezes mais longe do Rio que a Terra da Garoa.